



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Veículo: CORREIO DE SERGIPE
Identificação: CORREIO URBANO A6 GERAL
Data: 15 e 16/11/2012

TCE e MPE querem solução para problemas no Hospital João Alves

Tribunal de Contas e Ministério Público buscam autos para comprovar que FHS não gerencia o hospital como deveria

Acácia Mérici
acaclameric@correiodesergipe.com

Diante de uma série de irregularidades já comprovadas dentro do Hospital Governador João Alves Filho (HGJAF), em especial ao setor de Oncologia, os **Ministérios Públicos Especial e o Estadual**, juntamente com o Tribunal de Contas do Estado (TCE), estão unindo forças para buscar uma solução definitiva para a qualidade e a continuidade dos serviços públicos voltados à saúde. Na manhã de ontem, 14, a Promotora dos Direitos à Saúde do MPE, **Euza Missano**, se reuniu com o Procurador Geral do TCE, Sérgio Monte Alegre, para que, juntos, pudessem analisar todos os autos que comprovam

que a Fundação Hospitalar de Saúde (FHS) não vem gerenciando o Hospital como deveria.

Como resultado, os dois Ministérios moverão, juntos, uma ação contra a Secretaria Estadual da Saúde (SES) e a Fundação para que, de fato, os problemas do HGJAF sejam solucionados. Assim, no Pleno do próximo dia 22 de novembro, o TCE estabelecerá um prazo de 15 dias para que tudo seja regularizado.

“Estabeleceremos esse prazo e as penalidades jurídicas que não serão suaves. Os transtornos dessa unidade hospitalar são gravíssimos e afetam a todos os direitos humanos assegurados na Constituição. Sem saúde não há dignidade. O nosso propósito é que se tenha uma solução definitiva. O TCE está fazendo uma vistoria e iniciou na área de oncologia. Falta tudo no hospital, prin-



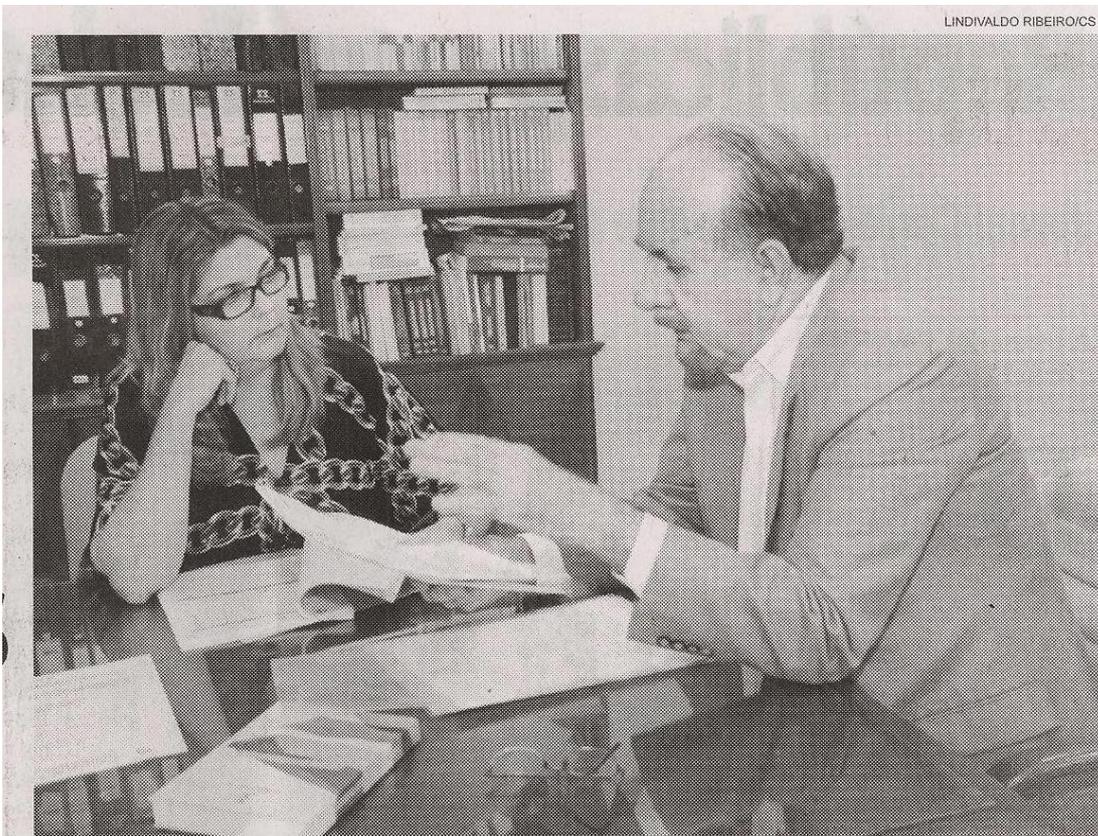
PROCURADOR MOSTROU-SE INDIGNADO COM A SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO NO HOSPITAL

cipalmente organização. A situação tem dados sinais que piorou. Hoje tenho convencimento pessoal que o problema não é a falta de dinheiro, é a péssima qualidade no gerenciamento”, destaca Sérgio Monte Alegre.

A falta de medicamentos no serviço de oncologia do Hospital João Alves Filho é outro item que vem preocupando o procurador. “Não adianta adquirir um medicamento hoje e outro faltar amanhã. Constatamos que de quase



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS



LINDIVALDO RIBEIRO/CS

■ Promotora Euzá Missano ressalta que existem ações que pedem a execução da ordem liminar em 48 horas

150 medicamentos para os casos de câncer, faltam em torno de 50. Não há também insumos básicos como luvas cirúrgicas, seringas e máscaras. Que não se tenha dinheiro para comprar equipamentos de última geração é até compreensivo, mas faltar insumos foge totalmente de toda a realidade”, ressalta.

Na reunião, Sérgio Monte Alegre mostrou-se também bastante indignado com a suspensão do fornecimento de alimentação hospitalar, como consequência de dívidas da FHS com as empresas fornecedoras. Só para a empresa Nutrisabor, que fornecia alimentos para os funcionários do Hospital João Alves, o débito da fundação chega a R\$ 1,9 milhão.

“Soubemos pela imprensa e por reclamações que os funcionários estavam comendo ovo nos plantões. É inadmissível! O

TCE está apurando, inclusive já pediu à FHS e à SES relatórios para justificar as irregularidades. A FHS nos enviou um amontoado de papel, mas nada que mostre comprovantes pagos, guias, datas e prazos. Queremos saber as causas da inadimplência e as razões que chegaram a esse ponto. A lei da licitação é clara e mostra que no caso de atraso de três meses, a empresa tem o direito de suspender os contratos”, pontua Monte Alegre, ressaltando que o Estado recebeu quase R\$ 300 milhões de janeiro até outubro, montante de 20% a mais do que no mesmo período de 2011.

Já a promotora de justiça, Euzá Missano, complementa que existem ações que pedem a execução da ordem liminar para em 48 horas a Farmácia do Hospital Governador João Alves Filho volte a ser reabastecida com

medicamentos e insumos.

“Queremos, em conjunto, é uma solução definitiva para que a saúde pública de Sergipe seja realmente melhorada. Além disso, desde 2010 as ações não vêm sendo cumpridas. Queremos que a justiça tome providências pelo descumprimento das ordens judiciais pela SES e FHS. Até agora não há nada feito para melhorar. São problemas básicos que estão faltando e vamos unir forças para agilizar todo o procedimento”, esclarece Euzá.

Sérgio Monte Alegre ressalta e garante ainda que as penalidades para a FHS e a SES serão severas. “Não será apenas multa. A FHS é supervisionada pela SES. O secretário, por sua vez, tem o dever da supervisão. Se ele falta a esse dever, ele está faltando com a confiança do Governador do Estado”, diz.